



câmbios
currency exchange

albufeira algarve

since 1995

RELATÓRIO E CONTAS 2020

RELATÓRIO E CONTAS 2020

ÍNDICE

- ⌚ RELATÓRIO DE GESTÃO
- ⌚ ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS
- ⌚ BALANÇO
- ⌚ DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- ⌚ MAPA DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS
- ⌚ DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- ⌚ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ⌚ ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- ⌚ RELATÓRIO DE AUDITORIA



V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

ANO - 2020

1 - Introdução

A V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, com sede social na PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, Nº 17, com um capital social de 200.000,00 €(duzentos mil euros), tem como actividade principal o exercício de operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e designadamente a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da actividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua actividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão de 1929, projectando-se que no ano passado o rendimento de cerca de 90 milhões de pessoas tenha caído para valores abaixo dos 2 dólares por dia, especialmente em regiões como a Ásia Meridional e a África Subsariana, em particular para os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres e emigrantes, levando a uma regressão nos progressos que têm vindo a ser feitos para reduzir os níveis de pobreza extrema, principalmente nos países de baixo rendimento. No conjunto das economias emergentes, o rendimento per capita caiu mais de 90%, o que fez aumentar ainda mais as diferenças entre estes e os países chamados desenvolvidos. Para além disso, o facto de as escolas terem sido fechadas poderá retroceder drasticamente os níveis de acumulação de capital humano.

Ainda assim, a actuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macroprudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma moderada recuperação económica e, de forma a assegurar que esta ainda frágil recuperação acelere e que no longo prazo se transforme num crescimento económico robusto, os legisladores e decisores políticos terão de enfrentar e superar enormes desafios nomeadamente na saúde pública, na gestão da dívida, na implementação das políticas orçamentais e de reformas estruturais, assim como na gestão dos bancos. Com um foco simultâneo na protecção e apoio dos mais vulneráveis, as políticas a implementar deverão também incentivar uma mudança de propósitos para a criação de um ambiente económico pós-COVID-19 mais forte e sustentável.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Ao longo do ano 2020, a pandemia COVID-19 impactou severamente as condições financeiras dos diversos agentes económicos, nomeadamente das famílias, das empresas e dos Estados.

Juntamente com a incerteza acerca do panorama económico pós-pandemia, estes agentes sentiram-se desencorajados e passaram a tomar medidas mais conservadoras, especialmente no tocante ao consumo e ao investimento.

Esta crise pôs em risco a convergência entre as economias avançadas e em desenvolvimento. Tanto o Banco Mundial como o FMI prevêem uma recessão em 2020 tanto nas economias avançadas (-8%) como nas economias em desenvolvimento (-2,6%, -5% excluindo a China), prevendo-se um PIB per capita negativo em cerca de 95% dos países. Para o total do ano, o FMI prevê uma contracção de -3,5% do crescimento a nível mundial.

No início da crise pandémica, a incerteza sobre a sua magnitude e impacto económico também se fez sentir nos mercados financeiros, com uma desvalorização abrupta dos activos, em especial nos de maior risco, como foi o caso das acções e títulos de dívida de menor qualidade creditícia. Mas a adoção de medidas monetárias rapidamente interrompeu esta volatilidade, tendo-se posteriormente verificado uma valorização nos mercados bolsistas. A tendência de valorização observada nos Estados Unidos após o choque de Março foi inicialmente impulsionada pelas empresas tecnológicas. Na área do euro também se observou uma valorização dos principais índices bolsistas, ainda assim abaixo dos valores registados antes da pandemia.

As medidas de confinamento e as limitações à mobilidade internacional tiveram um grande impacto nas companhias aéreas e no turismo. O fecho das fronteiras - que também contribuiu para a disrupção na oferta de bens e serviços - fez colapsar o comércio global que, devido às tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, assim como entre a Europa e o Reino Unido, já começava a registar uma trajectória de contracção no final de 2019. No geral, o Banco Mundial prevê que, para 2020 o comércio global se tenha contraído em -9,5%.

A prolongação destas contenções teve também um grande impacto no sector petrolífero, que ainda permanece rodeado de incertezas. Nos primeiros estágios do COVID-19 o preço do petróleo caiu drasticamente, o que levou a OPEP a cortar a produção em aproximadamente 9,7 milhões barril /dia desde Abril de 2020 – o maior acordo de corte de produção na história deste sector. Só nos últimos meses do ano é que se começou a verificar uma recuperação, tendo o seu preço médio anual por barril situado nos 41 dólares, o que representa uma queda de 34% face a 2019. Quanto aos restantes bens, na maior parte destes verificou-se uma recuperação nos preços, especialmente dos metais, que conseguiu rapidamente voltar aos seus níveis pré-pandemia, sobretudo devido ao aumento da procura na China.

Nos meses mais recentes, as economias avançadas – em especial os Estados Unidos e vários países da Zona Euro – contabilizaram um aumento de infecções por SARS-Cov2. Nas economias emergentes, o número de novos surtos na Ásia Meridional e Central, na América Latina, nas Caraíbas e na Europa continuou a aumentar. Para aliviar estes efeitos, muitos países foram forçados a manter ou reintroduzir medidas de contenção.

Para mitigar todos estes efeitos, verificou-se uma adoção generalizada de pacotes de estímulos fiscais e monetários, o que levou a uma descida das taxas de juro na maioria das economias avançadas. Também os países emergentes implementaram estes pacotes, mas a adoção destas medidas foi mais limitada em termos de recursos, o que levou a taxas de juros mais elevadas. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, a taxa de manutenção foi de -0,526% em 2020. Já nos Estados Unidos, as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses foram de 0,7%.

No tocante às taxas de câmbio, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD continuou o seu perfil descendente até finais de Fevereiro onde atingiu os 1,079, tendo-se registado um pico de 1,146 no início de Março, seguido de uma forte queda até finais de Março, onde atingiu os 1,071. No decorrer do resto do ano registou uma trajectória ascendente, e a 30 de Dezembro atingiu o seu valor mais elevado de 1,228. Quanto à cotação EUR/GBP, também se verificou uma continuação do seu perfil descendente até finais de Fevereiro, onde atingiu o valor mais baixo do ano de 0,830 e começou então a subir, tendo em meados de Março atingido o valor mais elevado de 0,923, registando novamente uma queda até inícios de Abril, onde se situou nos 0,879, tendo estabilizado a partir desta data, terminando o ano com uma cotação de 0,899.

No continente europeu, o PIB real caiu cerca de 40% no segundo trimestre de 2020, com uma maior contracção nos países avançados, onde o vírus primeiramente se espalhou em comparação com os países emergentes. Este impacto poderia ter sido mais grave, se não fossem as medidas fiscais aplicadas pelos diversos governos para apoiar as famílias e empresas, as quais ajudaram a preservar pelo menos 54 milhões de empregos. Também os bancos centrais aplicaram medidas de suporte ao crédito e de prevenção de disrupções no mercado financeiro. De acordo com a Comissão Europeia, 80% dos pacotes

fiscais criados em 2020 foram somente para responder à pandemia, correspondendo a 4,2% do PIB total da União Europeia (UE). Assim, para o continente europeu o FMI projecta uma contracção de -7% do PIB real em 2020 – o seu valor mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial.

Na zona euro, o PIB real caiu severamente durante a primeira metade do ano, ainda assim mitigadas pelas políticas adoptadas tanto ao nível geral como de cada país membro, as quais permitiram uma ligeira recuperação no terceiro trimestre de 2020. Contudo, esta recuperação foi rapidamente revertida pelos novos surtos do vírus, que levaram os diversos países membros a reintroduzir medidas de confinamento. Vários sectores de serviços vitais para a economia da zona euro – em especial o turismo – permaneceram fracos, não sendo expectável uma total recuperação no curto prazo. Ainda assim, com o aumento da procura, verificou-se uma recuperação no sector produtivo. Para o total do ano, o FMI prevê uma contracção de -8,3%.

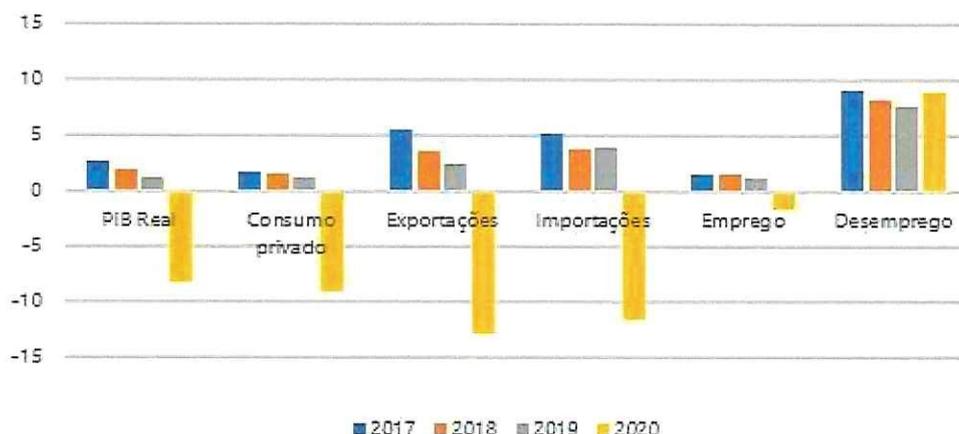
Para esta recuperação contribuíram maioritariamente o consumo privado que, para o conjunto do ano representou um crescimento de -9,2%, assim como as exportações e as importações, com um crescimento de -12,9% e de -11,6%, respectivamente.

O choque da procura na actividade económica mundial gerou uma pressão deflacionária adicional sobre os preços dos bens. Estes dois efeitos contribuíram para uma descida, em termos homólogos, do Índice Harmonizado dos Preços do Consumidor (IHPC) na área do euro, tendo a inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) atingido um mínimo histórico de 0,6%. Para o total de 2020, o Banco Mundial aponta para uma taxa de inflação de 0,3%.

Em relação ao mercado de trabalho, segundo o FMI, a taxa de emprego situou-se nos -1,7%, com uma taxa de desemprego de 8,9%. Ainda assim, o impacto que o COVID-19 teve nos níveis de emprego foi relativamente moderado, devido ao suporte fornecido pelos governos de cada estado membro.

As taxas de juro mantiveram-se em mínimos históricos, reflexo das medidas adoptadas pelo BCE e pelas autoridades europeias para mitigação do impacto da crise pandémica, em especial no mercado de dívida titulada na área do euro onde, após um momento de perturbação inicial, se observou uma redução das yields para níveis próximos do período pré-pandemia.

Indicadores Macroeconómicos Zona Euro
(FMI, dezembro 2020, variação anual em %)



No que respeita aos Estados Unidos da América, o Banco Mundial prevê uma queda de -3,6% para o conjunto de 2020.

Apesar do apoio fiscal ao rendimento das famílias ter contribuído para uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, os novos surtos do vírus rapidamente reverteram esta trajectória.

Em relação à China, esta registou uma rápida e forte recuperação, com o FMI a prever um crescimento de 1,9% para 2020. Quanto às restantes economias emergentes, 80% dos países enfrentam agora uma recessão económica causada pela pandemia, a qual fez aumentar os níveis de endividamento, que já em 2019 se encontravam em níveis historicamente altos, principalmente para as economias dependentes das exportações, cuja receita colapsou. Também a queda do consumo privado e da produção foi mais severa nestes países. Contudo, o suporte macroeconómico ajudou a mitigar o declínio da actividade nestes países. A queda no investimento foi parcialmente contida por diversos pacotes fiscais e por cortes nas taxas de juro, promovendo assim a liquidez e os empréstimos.

2.2 A Nível Nacional

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação de pessoas e bens verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 registou-se uma contração do PIB de 7,6% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2019, reflectindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia na actividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após o seu contributo positivo verificado em 2019, sobretudo devido à contração do consumo privado. A procura externa também teve o seu impacto negativo, tendo-se verificado reduções intensas nas exportações e importações de bens e serviços – com uma queda de 20,1% e 14,4%, respectivamente. O sector dos serviços - destacando a diminuição sem precedentes das exportações, o turismo foi mais afectado pela crise do que a indústria transformadora. Quanto ao sector da construção, ao contrário do verificado na área da zona euro, este manteve-se resiliente.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, reflectindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

Entre Dezembro de 2019 e Junho de 2020, o rácio de endividamento das empresas aumentou 5,7%, resultado do aumento da dívida total das empresas (2,4%), em especial das PME e da indústria transformadora e extractiva (com uma taxa de variação anual (tva) de 6,2% em Junho), mas também do comércio, alojamento e restauração (tva de 7,4% no mesmo período) e da construção e actividades imobiliárias (tva de 6,8%). Este aumento interrompeu a tendência de redução que se vinha a observar desde 2013.

Devido à crise sanitária, registou-se uma redução de 1,1% da rendibilidade das empresas em Junho de 2020 face a Dezembro de 2019, destacando-se as reduções nos sectores das indústrias, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços. Contudo, verificou-se um aumento da liquidez das empresas, associado à obtenção de novo crédito.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda, com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma actividade com um elevado nível de exportações. Positivamente o sector da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

Em relação ao emprego, para o conjunto do ano o INE aponta para uma taxa de desemprego de 6,8%, um aumento de 0,3% face a 2019, o que representa um aumento de 3,4% da população desempregada e uma diminuição de 2% da população empregada. Ainda assim, verificou-se uma diminuição de 10,3% dos desempregados de longa duração. Por região, o Algarve

registou a maior taxa de desemprego (8,3%), seguido da Região Autónoma da Madeira (7,9%) e da Área Metropolitana de Lisboa (7,7%) tendo o Centro e o Alentejo registado as taxas mais baixas (5,6% e 5,9%, respectivamente). Em termos homólogos, o Algarve registou o maior crescimento do desemprego (+1,2%), e as únicas regiões onde se verificou uma diminuição do desemprego foram o Alentejo (-1,0%) e a Região Autónoma dos Açores (-1,8%).

As medidas de apoio às empresas – em particular o regime de layoff simplificado – e de apoio aos trabalhadores independentes, permitiram controlar os níveis de desemprego ao longo do ano. Estas medidas, em conjunto com o reforço dos estabilizadores automáticos juntamente com várias medidas de apoio directo ao consumo de bens de primeira necessidade e ainda os programas de moratória, contribuíram para a manutenção do rendimento e da estabilização social das famílias mais afectadas pela redução da actividade económica.

A alteração ao comportamento habitual das famílias levou a uma queda do consumo privado para 6,8%, segundo projecções do Banco de Portugal. Já o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou em 2020 uma variação média anual nula, enquanto que o IHPC registou uma taxa de variação média de -0,1%.

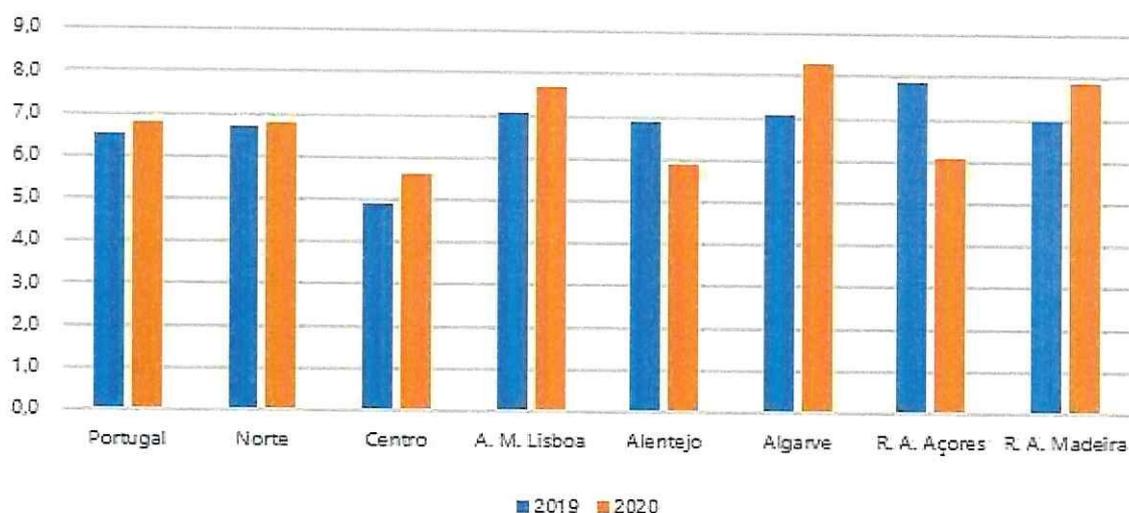
No primeiro semestre de 2020, a rentabilidade do sistema bancário português diminuiu para valores próximos de zero, situando-se em linha com a média da área do euro, tendo concorrido para este resultado o aumento das perdas por imparidade para crédito e a redução dos resultados de operações financeiras.

Quanto às administrações públicas, no conjunto do primeiro semestre de 2020 registou-se um saldo de -5,4% do PIB, comparando com -1,2% em igual período de 2019. No terceiro trimestre de 2020, o rácio de dívida pública situou-se em 130,6% do PIB, o que representa um aumento de 13,4% face a Dezembro de 2019.

Na colocação de dívida de curto prazo, a taxa de juro média das emissões de bilhetes de Tesouro passou de -0,3% no primeiro semestre de 2020 para -0,5% no segundo semestre. Já nas emissões de longo prazo, a taxa de juro média da colocação de obrigações de Tesouro a 10 anos atingiu 0,8% na primeira metade de 2020, em contraste com os 0,3% verificados a partir de Julho.

No primeiro semestre de 2020 observou-se uma redução de 8,6% da despesa com juros das administrações públicas face ao período homólogo. Adicionalmente, o impacto do pacote de estímulo para 2020 (2,7% do PIB) situou-se abaixo da estimativa para a média da área do euro (4% do PIB), o que resulta numa menor deterioração do saldo orçamental por esta via. Ainda assim, o elevado endividamento público representa uma vulnerabilidade no médio prazo.

Taxas de desemprego por região INE, Estatísticas do Emprego, Fevereiro 2021



3 - Análise da Actividade e da Posição Financeira

No período de 2020 os resultados espelham uma evolução negativa da actividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 36.722,69 €, representando uma variação de (69,43)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respectiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



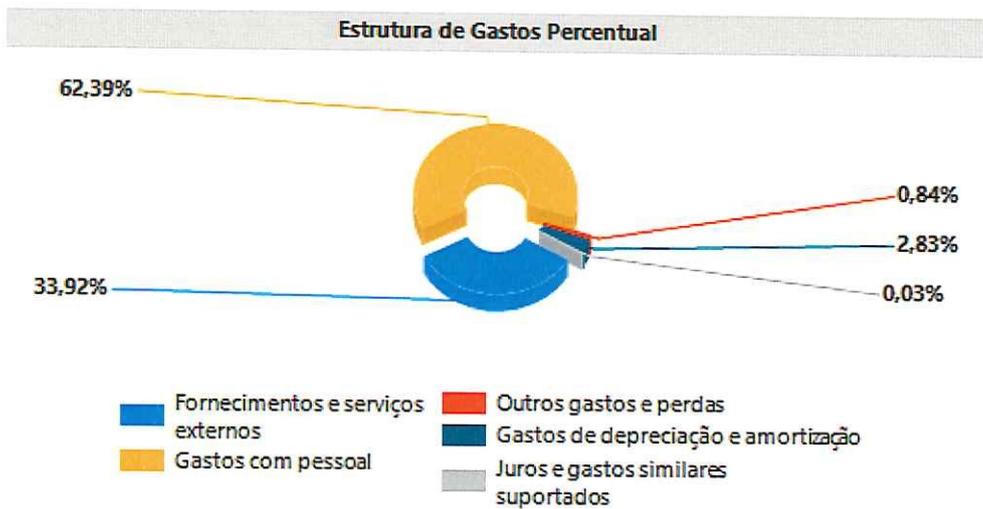
Estrutura de Rendimentos



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos

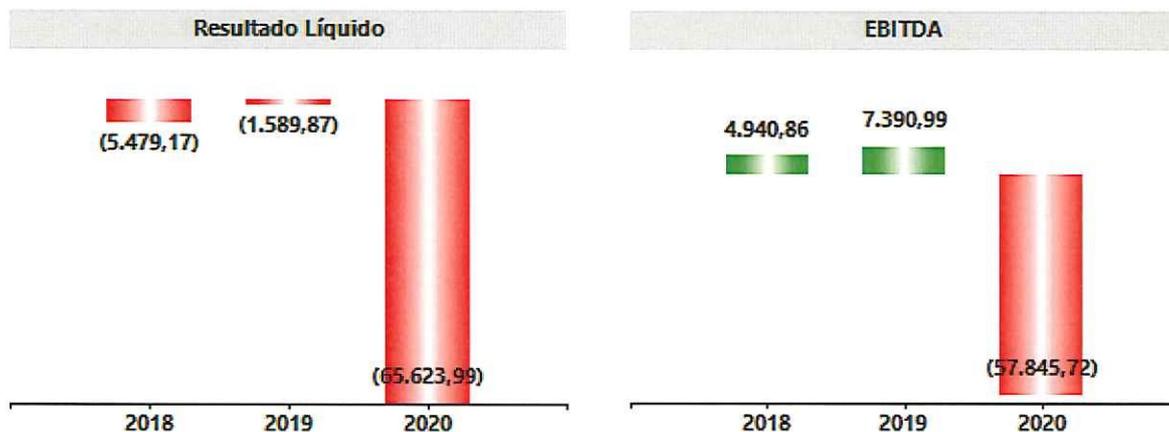




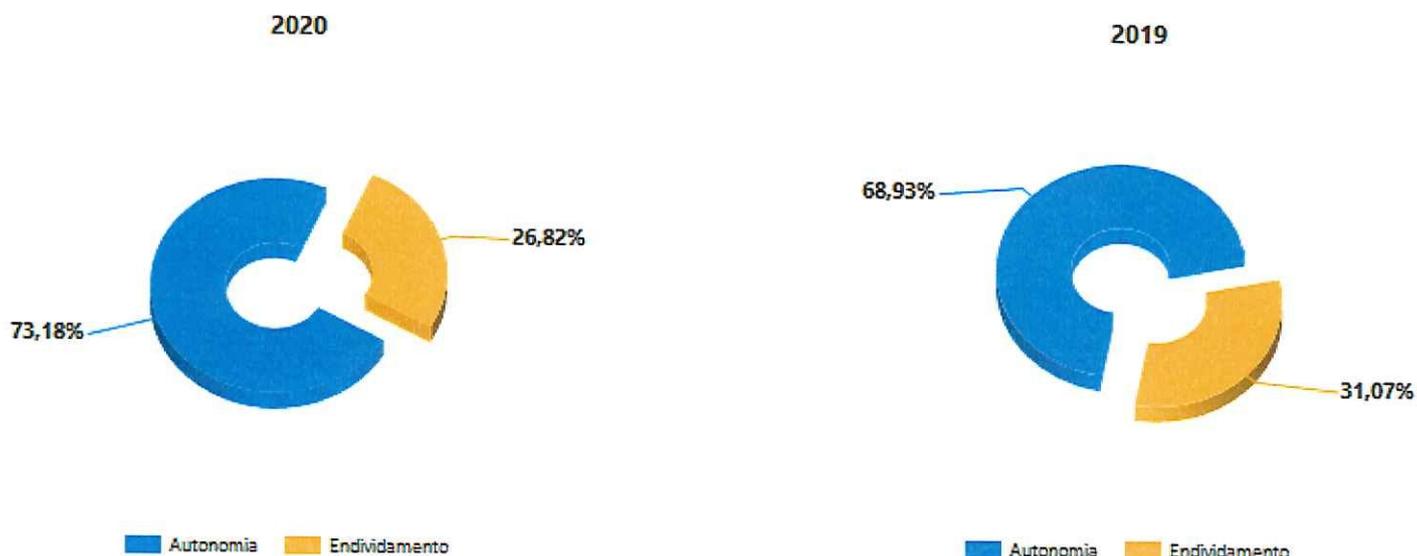
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respectivo nº de 7 efectivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2020	2019	2018
Gastos com Pessoal	88.509,87	101.256,32	112.664,38
Nº Médio de Pessoas	7	7	7
Gasto Médio por Pessoa	12.644,26	14.465,18	16.094,91

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua actividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	94.749,33	42 %	98.767,01	38 %
Ativo corrente	95.253,33	58 %	165.080,19	62 %
Total ativo	227.102,31		263.847,20	

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	165.823,84	73 %	181.447,83	69 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	61.278,47	27 %	82.399,37	31 %
Total Capital Próprio e Passivo	227.102,31		263.847,20	

A sociedade tem como actividade principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e designadamente, a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A V. I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020 realizou um resultado líquido Negativo de **65.623,99€**.

Por deliberação da Assembleia Geral será transferida a totalidade para a Resultados Transitados.

5 - Expectativas Futuras

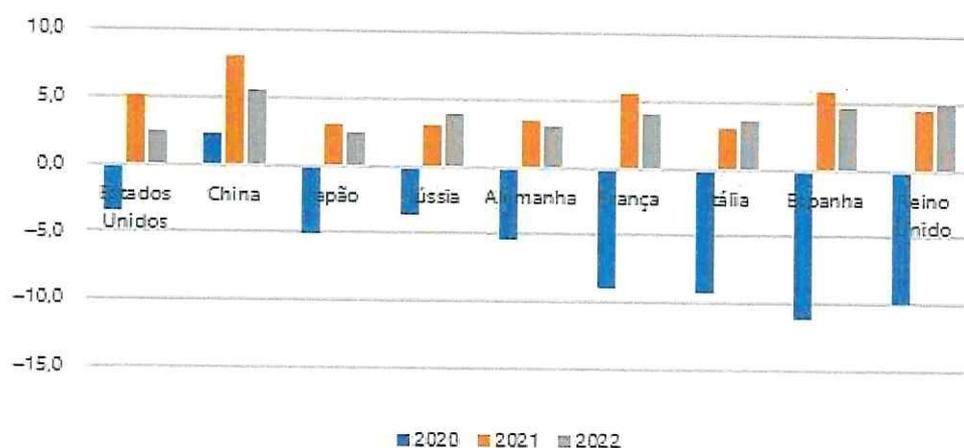
5.1. Cenário Macroeconómico

As mais recentes projecções do FMI apontam para um crescimento de 5,5% para este ano e de 4,2% para o próximo ano, pressupondo por um lado uma ampla disponibilidade das vacinas nas economias avançadas e em alguns países emergentes durante o primeiro semestre de 2021 e na maioria dos países até à segunda metade de 2022, projectando também que as terapias e testes deverão tornar-se mais eficazes e mais acessíveis em todo o mundo durante este e o próximo ano, o que deverá reduzir a transmissão do vírus a nível local, prevendo-se que esta atinja valores muito baixos até ao final de 2022. Por outro lado, a velocidade de distribuição das vacinas não será idêntica entre todas as economias, o que levará a uma disparidade temporal no tocante ao começo da fase de recuperação económica entre os diversos países. Estas projecções também têm em consideração a possibilidade de novos confinamentos, inclusive para conter a transmissão de novas variantes do vírus antes das vacinas estarem amplamente disponíveis.

Já o Banco Mundial criou dois cenários distintos nas suas projecções, onde, num cenário optimista, prevê para este ano um crescimento de 4% e para 2022 um crescimento de 3,8%. Num cenário mais adverso, com a permanência de novos surtos de COVID-19 e um processo de vacinação mais demorado, o Banco Mundial prevê uma taxa de crescimento de apenas 1,6% em 2021 e de 2,5% em 2022. Num cenário ainda mais severo, com um maior stress financeiro, o crescimento para 2021 poderá mesmo ser negativo.

Para as economias avançadas, o Banco Mundial prevê um crescimento de 3,3% para 2021 e 3,5% para 2022, projectando um período de baixos níveis de inflação e baixas taxas de juro, o que trará implicações relevantes tanto para as políticas monetárias como para as políticas fiscais.

Crescimento PIB Real (World Economic Outlook, janeiro 2020)



No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta no tocante aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuírem em todo o mundo.

Mesmo com a recuperação prevista para este e próximo ano, a inflação ainda deverá manter-se moderada. Nas economias avançadas projecta-se uma taxa anual média de 1,5% e nas economias emergentes e em desenvolvimento em 4%. Quanto aos preços dos bens, para este ano espera-se uma boa recuperação, em especial no preço dos metais e dos produtos agrícolas. Quanto ao petróleo, o seu preço deverá começar a subir ao longo deste ano, mas ainda assim deverá manter-se bastante abaixo do preço médio de 2019. O BCE aponta para um aumento constante ao longo deste ano, de 50,5 dólares por barril no primeiro trimestre para 54,1 dólares no último trimestre, devendo então continuar a aumentar, mas num ritmo mais moderado, devendo atingir os 56,9 dólares em 2023. Contudo, é de frisar que estas projecções estão muito dependentes da forma como se desenvolver a actividade económica mundial, pois novos choques na procura e consumo destes bens poderão ocorrer caso voltem a ser tomadas medidas de restrição e isolamento globais. Quanto aos restantes bens, para este ano projecta-se um forte crescimento, em especial para o metal.

Nos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com Fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em sectores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados Unidos e o Japão em Dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Conselho Europeu para apoiar os estados membros atingidos pela pandemia entre 2021-23, irão ajudar a elevar a actividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os seus parceiros comerciais. Ainda assim, a recuperação económica será distinta dentro deste grupo, projectando-se um crescimento mais rápido dos Estados Unidos e do Japão que deverá atingir os seus valores pré-COVID já na segunda metade deste ano, enquanto a Zona Euro e o Reino Unido ainda deverão

manter-se abaixo dos seus valores pré-COVID durante 2021 e 2022.

O FMI também aponta que para este ano os déficits fiscais devam diminuir na maioria dos países, devendo começar a melhorar à medida que as receitas aumentam e as despesas diminuem com a recuperação. É importante que os principais Bancos Centrais mantenham as suas políticas de taxas de juro actuais até ao final do próximo ano, o que fará com que as condições financeiras permaneçam nos níveis actuais para as economias avançadas, devendo melhorar gradualmente no tocante aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para o continente europeu, o FMI projecta uma recuperação de 4,7% do PIB real em 2021, e a inflação deverá também recuperar para 2,4%. Contudo, o aumento das infecções no continente Europeu traz algumas incertezas a estas projecções. Por outro lado, as incertezas geradas num não acordo do Brexit foram dissipadas com o acordo celebrado em Dezembro do ano passado.

Para a zona euro, a recente terceira vaga e princípio de uma quarta do vírus SARS-Cov2 enfraqueceu as convicções de uma normalização da economia para o início deste ano. Ainda assim, o início dos programas de vacinação em muitos dos países membros ajudou a repor um pouco da confiança de que a pandemia terminará no final deste ano. Os reforços das políticas monetárias, fiscais e laborais que vêm sendo implementados desde Junho de 2020 devem conseguir suportar a actividade económica e, nesse sentido, o BCE prevê uma recuperação de 4,4% para este ano e de 3,7% para o próximo, esperando que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019. Já em 2023, o crescimento deverá ser moderado, de 1,9%. A partir de 2025, o crescimento deverá manter-se estável, nos 1,4%.

Esta terceira vaga também impactou os níveis de emprego que, previamente se esperavam vir a recuperar logo no início de 2021, sendo que uma recuperação só deve ocorrer a partir do segundo semestre deste ano. Assim, para este ano o BCE projecta uma taxa de desemprego de 8,9%, devendo depois diminuir para 8,3% em 2022 e para 7,8% em 2023, projectando que até 2025 se situe nos 7,4% e que o crescimento do salário nominal passe de 1,5% (2021) para 2,3%.

Quanto à inflação, com a projecção de uma melhoria na procura, o BCE prevê um aumento da inflação IHPC para 0,9% para 2021, 1,3% para 2022 e 1,5% em 2023, sendo que para 2025, num ambiente mais estável, espera-se uma inflação média de 1,7%.

Para 2021, é expectável que cerca de 30% da deterioração orçamental projectada em 2020 seja revertida, com os rácios de déficit mantendo-se acima de 3% do limiar do PIB em todos os países da área do euro, à excepção do Luxemburgo e do Chipre. A Comissão Europeia prevê que os pacotes fiscais a serem criados para responder à crise correspondam a 2,4% do PIB total da UE, e que gradualmente estas medidas de emergência para mitigar os efeitos da crise se dissipem nos anos futuros, dando lugar a medidas focadas na recuperação económica, tais como cortes nos impostos indirectos e aumento do investimento público.

A taxa de câmbio média USD/EUR deverá registar uma apreciação muito moderada de cerca de 1,21% no primeiro trimestre para 1,23% no último trimestre do ano e períodos seguintes, sendo que pelo menos até 2026 as taxas de juro deverão manter-se negativas.

Para os Estados Unidos, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 3,5% em 2021 e de 3,3% em 2022, não sendo expectável novos acordos no tocante às tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a China. Esta falta de integração económica traz grandes incertezas ao comércio global.

Quanto às economias emergentes e em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê uma recuperação de 5% para 2021, um valor bastante abaixo dos seus níveis pré-COVID. Este crescimento será bastante impulsionado pela expectável recuperação da China que, com o controlo apertado de novos surtos, com o reforço do investimento público e com o aumento da produção e da exportação de bens, deverá registar um crescimento de 8,2%. Excluindo a China, a recuperação deste conjunto de países deverá ser de apenas 3,4%, com os países exportadores de petróleo e os países dependentes do turismo a terem mais dificuldades em recuperar.

Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita

inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da actividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas, por outro lado, novas ondas de infecções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica actual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na actividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o World Economic Forum no seu Global Risks Report 2021, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de maior impacto as doenças infecciosas, seguida da falha das acções climáticas e outros riscos ambientais.

Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social

e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na acção climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As acções políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.

No curto prazo, será necessária uma forte cooperação multilateral para trazer a pandemia sob controle em todos os países. Tais esforços incluem o reforço do financiamento para o COVAX – um programa da Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso equitativo das vacinas - o qual permitirá acelerar o acesso às vacinas em todos os países, garantindo assim uma distribuição universal de vacinas, com preços acessíveis a todos.

Mesmo com o controlo da pandemia, os danos causados em 2020 podem ser mais severos do que o expectável. O ambiente nos negócios e nos consumidores pode ser mais cauteloso, o que poderá resultar num enfraquecimento do consumo e dos investimentos. O elevado nível da dívida das empresas e dos Estados também pode pesar na actividade económica dos próximos anos. Assim, é também importante uma colaboração global de forma a garantir o acesso adequado à liquidez internacional dos países com elevados níveis de dívida.

Onde a dívida soberana for insustentável, os países elegíveis deverão trabalhar em conjunto com os credores para reestruturar a sua dívida, no âmbito do Quadro Comum acordado pelo G20.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações deste ou outros vírus, assim como o apoio às populações directamente impactadas.

Para além disso, os decisores políticos devem desenhar estratégias e medidas económicas fortes, equitativas e resilientes, privilegiando iniciativas que garantam um crescimento inclusivo e que proteja os mais vulneráveis. É preciso apoio ao investimento de infraestruturas que melhorem os serviços de saúde e de apoio social, bem como investir em tecnologias digitais, que promovam o teletrabalho e o e-learning.

Sem o apoio externo necessário, muitos destes países poderão ter perdas severas e prolongadas na produtividade laboral, um fraco crescimento económico e elevados níveis de pobreza.

Apesar de tudo, esta crise também apresenta uma oportunidade para acelerar a mudança para um crescimento mais produtivo, sustentável e equitativo. O COVID-19 veio acelerar a Quarta Revolução Industrial, expandindo o e-commerce, o e-learning e o teletrabalho. Estas mudanças irão transformar a sociedade mesmo após a pandemia, prometendo trazer enormes benefícios – tais como a capacidade de adaptação ao trabalho/estudo remoto, assim como ao rápido desenvolvimento de vacinas. Por outro lado, também trazem riscos ao aumento da desigualdade, prejudicando as perspectivas de uma recuperação inclusiva.

Neste sentido, os países deverão cooperar entre si e, assim que esta crise termine, focar-se no longo prazo, dando prioridade a problemas recorrentes como os baixos crescimentos de produtividade, o aumento da desigualdade e da pobreza, os elevados níveis de dívida, e na acumulação de capital humano, mas também redobrar os esforços na mitigação das alterações climáticas, assim como para resolver as tensões comerciais e tecnológicas actualmente existentes. É crucial a implementação de medidas de investimento sustentável, principalmente em novas tecnologias mais ecológicas, de forma a acelerar a recuperação económica e simultaneamente atingir os objectivos climáticos de longo prazo. Mais do que nunca, a cooperação global é extremamente importante, pois só através dela se conseguirá ultrapassar uma crise mundial e evitar que esta catástrofe se repita.

5.2 Cenário Interno

De acordo com o Banco de Portugal, as projecções para 2021 apontam para um crescimento do PIB nacional para os 3,9% e, num cenário mais optimista, para 5,9%. Já em 2022 prevê-se um crescimento de 4,5% (4,8% no segundo cenário), com a retoma da actividade económica aos níveis anteriores à crise pandémica. Já para 2023 projecta-se um crescimento de 2,4% (2% no segundo cenário). Este crescimento ficará acima da área do euro ao longo do horizonte de projecção, de acordo com estimativas do Eurosistema.

O impacto sem precedentes da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial e os mercados financeiros, trouxe consigo diversos riscos à estabilidade financeira, tais como potenciais episódios de volatilidade extrema nos mercados financeiros, o que poderá levar a reduções abruptas no valor de activos financeiros, assim como uma correcção em baixa dos preços do imobiliário residencial. Também o agravamento da dívida das empresas e das famílias constitui uma vulnerabilidade no curto prazo, e no médio prazo o elevado endividamento das administrações públicas. De forma a mitigar os efeitos da pandemia e da preservação da estabilidade financeira, as medidas de apoio ao sector bancário e ao sector privado não financeiro devem articular-se e complementar-se, assegurando que esta crise económica não evolua para uma crise financeira.

Para 2021, deverá verificar-se uma recuperação parcial do investimento empresarial (FBCF empresarial), projectando-se um crescimento de 3,5%, com o maior contributo a vir dos transportes e armazenagem (3,4%) e, negativamente, das indústrias transformadoras (-1,9%). Quanto ao investimento total, este deverá atingir uma taxa de variação de +2,6% em 2021.

Quanto às exportações de bens e serviços, deverá registar-se uma recuperação ao longo do horizonte de projecção, com taxas de crescimento de 9,2% para este ano, 12,9% em 2022 e 6,7% para 2023, com uma recuperação mais demorada no tocante aos serviços. Também as importações terão o mesmo comportamento, com um aumento de 8,8% para este ano, 9,1% em 2022 e 5,1% em 2023, reflexo da recuperação na procura global ponderada.

Num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de baixa procura, as pressões descendentes sobre os preços deverão continuar a prevalecer ao longo deste ano, em especial nos sectores ligados ao turismo. Juntamente com a manutenção das expectativas de inflação a níveis baixos, a taxa de inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projecção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos sectores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projecta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores

pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projecta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, reflectindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adoptadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da actividade projectada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafecção de recursos entre empresas e entre sectores. O aumento do endividamento dos sectores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos.

A actuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correcta afectação de recursos.

5.3 - Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA tenha alguma dificuldade em recuperar durante os próximos 2 anos (2021 e 2022) as perdas apresentadas em 2020, dado que o principal mercado turístico continua a ser o REINO UNIDO e as restrições impostas pelo Governo Britânico aos seus cidadãos nas suas deslocações, para países onde o risco COVID-19 é considerado elevado como é o caso do nosso País, com algumas variantes do vírus ditas mais contagiosas a predominarem piorando e agravando a crise no sector do Turismo que se faz sentir no Algarve desde Março de 2020 e em particular em Albufeira, considerada por muitos como a Capital do Turismo e que desde o início desta pandemia tem sofrido bastante o seu impacto.

No entanto o sentimento é de total resiliência e esperança porque o sol, a praia, a segurança, a saúde, a gastronomia e a simpatia dos Albufeirenses entre outros factores importantes procurados pelos Turistas continuam presentes e isso será sempre uma mais-valia que pesará quando o vírus estiver totalmente controlado e a procura de todos os que desejam umas férias de recuperação na sua actividade profissional e confiança no futuro voltem ao índice de 2019.

A V.I. – AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA nos seus 26 anos de existência sempre teve uma gestão sã e prudente numa dimensão adequada à natureza da sua actividade e superou já algumas crises externas do sector financeiro e turístico pelo que a crença é de total confiança de que mais esta adversidade será superada.

6 - Outras Informações

A V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou acções próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afectem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2020.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de Gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o sector Público Estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa Nos próximos 2 anos (2021 e 2022) seja afectada, uma vez que a mesma depende do sector turístico.

Consideramos reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade caso a mesma se agrave.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve a manutenção da nossa actividade, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

O Gerente:



Carlos Augusto Cabrita dos Santos

ATAS

Ata Número Treze – Livro nº2

Aos trinta dias, do mês de Junho, do ano de dois mil e vinte e um, pelas 10 horas, na sua sede social sita em Praça Miguel Bombarda, número dezassete, na Freguesia e Concelho de Albufeira, reuniu a Assembleia Geral da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada denominada “V.I. – Agência de Câmbios, Lda”, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Albufeira, com o número único de matrícula e de identificação fiscal quinhentos e três, seiscentos e vinte e seis, duzentos e trinta e seis, e com o capital social de Duzentos mil euros, estando presentes todos os sócios, a saber: _____

---- Carlos Augusto Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e treze, oitocentos e oitenta e cinco, seiscentos e um, detentor de uma quota no valor nominal de cem mil euros. _____

---- Nélia dos Santos Correia Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e vinte cinco, seiscentos e sessenta e seis, cento e dez, detentora de uma quota no valor nominal de cem mil euros. _____

----Decidiram constituir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 54º do código das sociedades comerciais para deliberar sobre o seguinte assunto da ordem do dia: _____

----- Ponto único: Apreciação e deliberação sobre o Balanço, Resultados e demais contas relativas ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. _____

---- Obtido o voto favorável de todos os sócios assumiu a presidência da mesa da assembleia geral o sócio Carlos Augusto Cabrita dos Santos. _____

----Pelo Presidente da mesa foi referido que não havia sido expedida convocatória desta reunião, mas, face à presença de todos os sócios e à sua vontade já expressa de se constituírem em assembleia geral, não existia impedimento legal ao regular funcionamento da assembleia desde que respeitada a ordem do dia já referida. _____

-----Declarou, então, aberta a sessão, dando início à apreciação do ponto único da ordem do dia: _____

---- Procederam à verificação das contas relativas ao exercício nomeadamente Balanço e Resultados, as quais apresentaram um Resultado Líquido negativo de sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três euros e noventa e nove cêntimos. _____

----Após análise e discussão foram as mesmas submetidas a votação, tendo sido deliberada por unanimidade a sua aprovação. _____

----No que concerne à afetação dos resultados do exercício foi deliberado por unanimidade que os mesmos fossem transferidos para Resultados Transitados. _____

----Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão pelas doze horas, dando por concluídos os trabalhos desta Assembleia, de que, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes. _____

Carlos Santos

Nélia Santos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS,LDA
Praça Miguel Bombarda, 17
Albufeira
NIPC 503626236

Ano 2020
Mês Dezembro

Base de reporte: Individual - NIC

	Valores em Euros		
	Notas	Ano	Ano
	Quadros		
	Anexos		Anterior
Juros e encargos similares	12	39,87	176,8
Margem Financeira		-39,87	-176,8
Rendimentos de serviços e comissões	13	36.722,69	120.159,0
Encargos com serviços e comissões	14	137,55	309,4
Outros resultados de exploração	15	33.144,29	41.089,9
Produto bancário		69.689,56	160.762,2
Custos com pessoal	16	88.509,87	101.256,3
Gastos gerais administrativos	17	39.065,12	52.292,2
Amortizações de exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	18	4.018,16	4.119,5
Resultados antes de impostos		-61.903,59	3.094,6
Impostos			
Correntes	19	3720,4	4.684,5
Resultado após impostos	19	-65.623,99	-1.589,8
Resultado líquido do exercício	20	-65.623,99	-1.589,8

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

Ana Santos

CC 87298

O Gerente

Carlos Santos

Carlos Santos

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Re
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)			
ATIVOS INTANGÍVEIS							
Trespases							
Despesas de estabelecimento	1.702,46	1.702,46					
Custos plurianuais							
Despesas de investigação e desenvolvimento..							
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.305,00	4.305,00					
Outras							
Sub Total	6.007,46	6.007,46					
ATIVOS TANGÍVEIS							
Imóveis de serviço próprio	107.773,72	21.824,24				1.616,61	
Obras em imóveis arrendados	19.255,23	9.419,77				1.276,70	
Outros imóveis							
Equipamento	83.771,30	82.282,71				577,50	
Património artístico							
Outras imobilizações corpóreas	2.415,70	1.412,23				547,35	
Sub Total	213.215,95	114.938,95				4.018,16	
ATIVOS EM CURSO							
Imobilizações incorpóreas							
Imóveis							
Equipamento							
Património artístico							
Outras imobilizações corpóreas							
Adiantamentos por conta de imobilizações							
TOTAIS	219.223,41	120.946,41				4.018,16	

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

Ana Santos

CC N° 87298

Registada na CRC de Albufeira sob o nº 503626236

Nif: 503626236

Capital Social: 200.000,00€

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2020

V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA

Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente revaloriza
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	150.000,00	11.118,21		21.919,49		
Alterações do período:	50.000,00					
Total Alterações do período	50.000,00			-1.589,87		
Resultado líquido do período						
Operações com detentores de CP:						
Entradas para cobertura de perdas						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	200.000,00	11.118,21		20.329,62		

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

Ana Santos

CC Nº 87298

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA

Ano: 2020

Base de Reporte - Individual - NIC

Mês: Dezembro

Atividades Operacionais	Valores em Euros
Recebimentos de comissões	36.722,69
Pagamento de comissões	0,00
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-145.371,18
Resultados de reavaliação cambial	0,00
Caixa gerada pelas operações	-108.648,49
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-3.720,40
Outros recebimentos/pagamentos	36.445,98
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	-75.922,91
Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	
Ativos Intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
	<u>0,00</u>
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
	<u>0,00</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos (2)	0,00
Atividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuizos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	6.007,34
Juros e gastos similares	177,42
Gratificações de Balanço	
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
	<u>6.184,76</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-6.184,76
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-82.107,67
Efeito das fiferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	90.004,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	68.230,36
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	<u>0,00</u>

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

Ana Santos
CC Nº 87298

Gerente

Carlos Santos

Carlos Santos



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2020



31 DE DEZEMBRO DE 2020
V. I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA
PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, Nº 17 ALBUFEIRA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A V.I Agência de Câmbios, Lda é uma sociedade por quotas, com sede em Praça Miguel Bombarda, nº 17 em Albufeira constituída em 24 de janeiro de 1996, que tem como atividade principal o exercício de todas as atividades e operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e designadamente, a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem.

Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda.

I – Comparabilidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com as demonstrações do exercício anterior.

No período de 2020, a Entidade manteve o seu referencial contabilístico aplicável, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

II – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras – Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

A empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os Ativos e Passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2020 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídios de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os Impostos diferidos e as Provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

III – Principais políticas contabilísticas

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da V.I. Agência de Câmbios, Lda são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbios prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos e perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidade até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

c) Capital social

As quotas são classificadas na conta de capital.

d) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgados como passivos contingentes.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

f) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

g) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período de contrato de locação.

h) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até á maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

i) Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data do balanço e a soma destes custos com os custos estimados para complementar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

j) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando exista uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

IV – Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, incidente sobre o lucro tributável registado acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação tem por base o plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

V – Número médio de pessoas ao serviço

Durante o ano de 2020, a Empresa teve um efetivo médio anual de 7 trabalhadores ao serviço, mantendo o efetivo do ano anterior.

Contas do Ativo

1. Caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de caixa era de 68.230,36.

Caixa	Ano de 2020	Ano de 2019
Caixa – Moeda Nacional	51.603,12	54.307,50
Caixa – Moeda Estrangeira	16.627,24	35.696,95
Total	68.230,36	90.004,45

2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de disponibilidades em outras instituições de crédito era de 640,55.

Instituições de Crédito	Ano de 2020	Ano de 2019
Depósitos á Ordem	640,55	6.822,23
Total	640,55	6.822,23

3. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de Aplicações em outras instituições de crédito era de 55.000,00.

Aplicações em Inst. de Crédito	Ano de 2020	Ano de 2019
Títulos / Obrigações	55.000,00	55.000,00
Total	55.000,00	55.000,00

4. Ativos Tangíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de Ativos Tangíveis apresentava o seguinte valor:

Ativos Tangíveis	Ano de 2020	Ano de 2019
Valor Bruto	213.215,95	213.215,95
Amortizações Acumuladas	118.957,11	114.939,43
Valor Líquido em 31.12.2020	94.258,84	98.276,52

5. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de Ativos Intangíveis apresentava o seguinte valor:

Ativos Intangíveis	Ano de 2020	Ano de 2019
Valor Bruto	6.007,46	6.007,46
Amortizações Acumuladas	6.007,46	6.007,46
Valor Líquido em 31.12.2020	0,00	0,00

6. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de Outros Ativos era de 13.744,00

Devedores e O. Aplicações	Ano de 2020	Ano de 2019
<u>Devedores e outras aplicações:</u>		
Devedores Diversos	2,48	0,00
<u>Ativos Financeiros:</u>		
Outros Ativos – Fundo Comp.	490,49	490,49
<u>Proveitos a receber:</u>		
Outros proveitos	1.611,09	2.710,48
<u>Despesas c/ct. Diferido:</u>		
Seguros	31,16	193,18
Rendas	333,34	749,85
Alugueres – Renting	6.000,00	9.000,00
<u>Outras Ctas. Regularização:</u>		
IRC - PC	504,00	600,00
IRC – PEC		
IRC – Retenções		
Total Outros Ativos	8.972,56	13.744,00

Contas do Passivo

7. e 8. Recursos para com Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa não registava qualquer valor na conta de Empréstimos.

Recursos Obtidos de OIC	Ano de 2020	Ano de 2019
<u>Passivo não Corrente:</u>		
Empréstimo Santander		
<u>Passivo Corrente:</u>		
Empréstimo Santander		6.007,34
Empréstimo CT-CC		
Total	0,00	6.007,34

9. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa registava nos Outros Passivos um montante global de 58.461,68.

Outros Passivos	Ano de 2020	Ano de 2019
<u>Credores Diversos:</u>		
Fornecedores Nac.	3.246,78	2.513,73
Vencimentos a Liquidar	4.079,42	12.759,25
Outros Credores	36.000,00	45.847,23
<u>Outras Exigibilidades:</u>		
Retenção de Impostos	431,25	617,43
Contribuições Seg. Social	4.253,69	3.660,11
<u>Encargos a pagar:</u>		
Subsídios de Ferias e Enc.	6.732,62	6.309,77
<u>Outras Contas</u>		
IRC Imposto Estimado	3.720,40	4.684,51
IRC Imposto a Pagar	2.814,31	
Total	61.278,47	76.392,03

10. Capital

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social de 200.000,00 encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

Representado por 2 quotas de igual montante no valor de 100.000,00, pertencentes aos sócios:

- Carlos Augusto Cabrita dos Santos e Nélia dos Santos C.C. Santos

11. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e R. T.	Ano de 2020	Ano de 2019
Reserva Legal	11.118,21	11.118,21
Resultados Transitados	20.329,62	21.919,49

Total	31.447,83	33.037,70
-------	-----------	-----------

Por decisão da Assembleia Geral, realizada a 30 de Junho de 2021, foram aprovadas as contas do exercício findo a 31 de dezembro de 2020, com um resultado líquido negativo de (65.623,99) euros, tendo sido deliberado transferir a sua totalidade para Resultados Transitados.

12. Juros e Encargos Similares

Os Juros e encargos no ano de 2020 foram os seguintes:

Juros e Encargos Similares	Ano de 2020	Ano de 2019
Juros de Empréstimos	39,87	176,81
Total	39,87	176,81

13. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os Rendimentos de Serviços e Comissões no ano de 2020 foram os seguintes:

Rendimentos e Encargos Similares	Ano de 2019	Ano de 2019
Ganhos em Operações Financeiras	34.869,78	115.395,75
Comissões	1.852,91	4.763,32
Total	36.722,69	120.159,07

14. Encargos com serviços e comissões

Os Encargos com Serviços e Comissões no ano de 2020 foram os seguintes:

Encargos e comissões	Ano de 2020	Ano de 2019
De Outros Serviços	137,55	309,46
Total	137,55	309,46

15. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de dezembro de 2020 a composição dos Resultados de Exploração era a seguinte:

Resultados de Exploração	Ano de 2020	Ano de 2019
<u>Outros Custos:</u>		
Rendas de Locação Operacional	9.052,92	
Quotizações	120,00	120,00
Outras Perdas Extraordinárias	343,04	602,29
<u>Impostos:</u>		
Imposto Selo	3,63	100,42
IUC	302,05	301,94
Taxas	170,80	130,36
Impostos diretos	113,17	110,95
<u>Outros Rendimentos:</u>		
Aluguer espaço/ATMS	19.811,00	42.389,00
Reembolso despesas	563,96	0,76
Ganhos Extraordinários	55,93	66,10
Subsídios do Estado :		
Apoio Covid	22.819,01	
Total	33.144,29	41.089,90

16. Custos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2020 a composição dos Custos com o Pessoal era a seguinte:

Custos com o Pessoal	Ano de 2020	Ano de 2019
Remuneração O. Sociais	14.394,28	13.214,28
Remunerações Empregados	62.074,09	69.679,57
Encargos Sociais s/Remun.	11.263,33	16.900,11
Seguros Acidentes Trab.	778,17	584,58
Outros Custos	0,00	877,78
Total	88.509,87	101.256,32

17. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de dezembro de 2020 a composição dos Gastos Gerais Administrativos era a seguinte:

Gastos Gerais Administrativos	Ano de 2020	Ano de 2019
Água, Energia e Combustíveis	4.092,24	5.998,78
Material consumo corrente	215,71	507,13
Material para assistência rep.		285,25
Material higiene e limpeza	472,71	94,58
Outros fornecimentos terceiros		931,97
Rendas e alugueres	19.145,84	31.796,81
Comunicação	2.343,74	2.712,76
Deslocações e estadas	9,00	60,57
Publicidade	80,00	392,42
Conservação e reparação	1.205,48	978,58
Seguros	1.213,76	1.295,14
Contencioso e notariado		25,00
Serviços especializados	10.286,64	7.213,21
Total	39.065,12	52.292,20

18. Amortizações do Exercício

Durante o exercício de 2020 foram efetuadas as seguintes Amortizações do Ativo Tangível e Intangível:

Amortizações	Ano de 2020	Ano de 2019
Amortizações Ativos Tangíveis	4.018,16	4.119,54
Amortizações Ativo Intangíveis	0,00	0,00

Total	4.018,16	4.119,54
-------	----------	----------

19. Resultados antes de impostos e Impostos correntes

O resultado antes do apuramento do Imposto Corrente sobre os Lucros (IRC) é de (61.903,59), euros.

Impostos Correntes:

O Imposto Corrente sobre o Lucro do Exercício de 2020 é de 3.720,40

20. Resultado Líquido do Exercício

Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade apresentou um Resultado Líquido de (65.623,99)

Nos últimos 3 anos a Sociedade apresentou os seguintes resultados:

	Ano de 2020	Ano de 2019	Ano de 2018
<u>Resultado Líquido</u>	<u>(65.623,99)</u>	<u>(1.589,87)</u>	<u>(5.479,17)</u>
<u>RAI</u>	<u>(61.903,59)</u>	<u>3.094,64</u>	<u>(203,13)</u>
<u>Resultado Fiscal-M.C.</u>	<u>(61.560,55)</u>	<u>3.696,93</u>	<u>4.406,73</u>
<u>IRC a pagar</u>	<u>3.720,40</u>	<u>4.684,51</u>	<u>5.276,04</u>

21. Outras Divulgações

A pandemia de Covid 19 teve um impacto sem precedentes sobre a economia, sobre as famílias e as empresas e o efeito desta crise sobre os setores ligados ao turismo foi devastador, todos estes fatores condicionaram significativamente a nossa atividade, os resultados obtidos durante este exercício ficaram refletidos nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Covid-19 tem vindo a afetar um conjunto muito alargado de países, tendo infetado milhares de pessoas em todo o mundo. Os dados conhecidos sugerem que estes números vão continuar a aumentar.

Tendo presente o alastrar desta situação em termos mundiais, e em particular em algumas economias da Zona Euro tais como Portugal.

A retoma da atividade projetada para o próximo ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise o que coloca enormes desafios á economia portuguesa nos proximos anos, neste contexto de incerteza a empresa considera ser prematuro estimar qual o impacto para o proximo ano, tudo ficará condicionado pelo evoluir desta crise pandemica que todos esperamos seja no sentido da retoma ao normal funcionamento da atividade económica do nosso país e do mundo.

Salienta-se que têm sido emitidas notas por parte de entidades supranacionais e agências de rating no sentido da revisão em baixa das perspetivas de crescimento económico mundial e Europeu em 2021.

É expectavel uma recuperação económica, segundo o BCE prevê que em 2022 o PIB real exceda os valores de 2019, prevendo que em 2023, o crescimento deverá ser moderado de 1,9%.

No contexto descrito, a empresa adotou um conjunto de medidas de contingência previstas e concebidas para assegurar a protecção de pessoas e a continuidade da atividade, incluindo, entre outras, as recomendações das autoridades sanitárias, procurando maximizar a resiliência da organização.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rendibilidade da empresa será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém o princípio da continuidade das operações que estiveram subjacentes à laboração das demonstrações financeiras.

22. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-lei 534/80 de 7 de novembro, a gerência informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91 de 17 de outubro, a gerência informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2020, a entidade não efetuou quaisquer transações com quotas.

Albufeira, 30 de Junho de 2021

Responsável pela Contabilidade:



Ana Santos

Gerência:



Carlos Santos

CC 8729



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 227.102 euros e um total de capital próprio de 165.824 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.624 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras, uma aplicação em instituições de crédito no montante de 55.000 euros, cuja probabilidade de recuperabilidade e realização é muito reduzida. Desta situação, e considerando que a situação de imparidade identificada já transita de período anterior, resulta que as aplicações em instituições de crédito e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados nesse montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Faro, 7 de agosto de 2021

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)

SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400

ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297